

A longa espera: memória e resistência em 'Ainda Estou Aqui' e a construção da democracia brasileira

*Rodrigo Freire de Carvalho e Silva*¹

*Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento*²

Resumo: O presente artigo aborda o filme *Ainda Estou Aqui* como um marco cultural que transforma uma memória familiar em memória coletiva, explorando como sua narrativa contribui para a preservação de histórias ocultadas pela ditadura e para a formação de uma identidade democrática no Brasil. O filme, dirigido por Walter Salles e inspirado na obra homônima de Marcelo Rubens Paiva, retrata a comovente trajetória da família Paiva, profundamente impactada pelo desaparecimento político de Rubens Paiva durante a ditadura militar brasileira. Percebe-se que as memórias refletem a complexidade de narrar o passado autoritário brasileiro, em que cada história individual ou familiar compõe um vasto quebra-cabeça de experiências coletivas. Essa característica da memória reforça a importância de iniciativas como *Ainda Estou Aqui* que, mesmo partindo de um núcleo familiar específico, contribuem para iluminar as diversas facetas de um período marcado por violências e silenciamentos.

Palavras-chave: Memória coletiva; Ditadura militar; Justiça; Democracia; Direitos humanos.

¹ Doutor em Ciências Sociais (UnB). Integra o Grupo de Pesquisa “Memória, Política e Direitos Humanos”. Professor de Ciência Política e atual Diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da UFPB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2353927306775025>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1409-6368>

² Professora de Departamento de Ciência da Informação/CCSA/UFPB e atual Diretora da Editora da UFPB. Doutora em Ciência da Informação (UFPB). Integra o Grupo de Pesquisa “Memória, Política e Direitos Humanos” e o “Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio”. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2623323612918327>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0266-9942>.

A longa espera: memória e resistência em 'Ainda Estou Aqui' e a construção da
democracia brasileira
SILVA, R. F. D. C.
NASCIMENTO, G. F. C. L.

The long wait: memory and resistance in 'I'm still here' and the construction of Brazilian democracy

Abstract: This article discusses the film *Ainda Estou Aqui (I'm Still Here)* as a cultural landmark that transforms a family memory into a collective memory, exploring how its narrative contributes to the preservation of stories hidden by the dictatorship and to the formation of a democratic identity in Brazil. The film, directed by Walter Salles and inspired by Marcelo Rubens Paiva's work of the same name, portrays the moving trajectory of the Paiva family, deeply impacted by the political disappearance of Rubens Paiva during the Brazilian military dictatorship. Memories reflect the complexity of narrating Brazil's authoritarian past, in which each individual or family story makes up a vast jigsaw puzzle of collective experiences. This characteristic of memory reinforces the importance of initiatives such as *Ainda Estou Aqui (I'm Still Here)* which, even though they start from a specific family nucleus, help to shed light on the various facets of a period marked by violence and silencing.

Keywords: Collective memory; Military dictatorship; Justice; Democracy; Human rights.

Introdução

Preâmbulo: o marco cultural de “*Ainda Estou Aqui*”

Em 2024, o filme *Ainda Estou Aqui*, dirigido por Walter Salles, destacou-se como um dos maiores fenômenos culturais de massa no Brasil. Com atuações marcantes de Fernanda Torres, Selton Mello e uma participação especial de Fernanda Montenegro, a produção alcançou amplo reconhecimento crítico e popular. No dia 29 de dezembro, foi divulgado que o filme superou a marca de 3 milhões de ingressos vendidos, configurando-se como a maior bilheteria de um longa nacional desde a pandemia¹. A narrativa aborda a trajetória da família Paiva, profundamente impactada pelo desaparecimento político de Rubens Beyrodt Paiva durante a ditadura militar, um drama vivido por Eunice Paiva que ganhou vida na interpretação de Fernanda Torres. Sua atuação como Eunice foi tão impactante que lhe rendeu o prêmio de Melhor Atriz em Filme de Drama no *Globo de Ouro*, em janeiro de 2025, tornando-a a primeira brasileira a receber essa honraria.

Ainda Estou Aqui é inspirado no livro homônimo publicado em 2015 pelo escritor Marcelo Rubens Paiva, filho de Rubens Paiva. Embora a obra literária aborde a trajetória da família Paiva, o filme se concentra em Eunice Paiva, apresentando sua luta após o desaparecimento do marido. A interpretação de Fernanda Torres confere à personagem uma profundidade que conecta o público com o drama pessoal e político vivido pela família. Eunice, tornada viúva de forma inesperada e traumática, transformou sua dor em força, tanto na condução da sua família de cinco filhos – agora órfãos de pai – quanto na sua atuação pública. O filme destaca como Eunice ressignificou sua experiência pessoal em uma luta pela preservação da memória histórica e pela busca de justiça sobre as graves violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado durante a ditadura militar.

Após a morte do marido, Eunice se formou em Direito e tornou-se uma importante defensora da causa indígena, atuando junto a ONGs lideradas por artistas como Sting, Rita Lee e Gilberto Gil. Seu papel na Assembleia Constituinte (1987-1988), onde influenciou as discussões sobre os direitos dos povos indígenas, e sua atuação como uma das principais ativistas pela verdade e justiça sobre as violações de direitos humanos, consolidaram seu legadoⁱⁱ. A narrativa do filme reforça o papel de Eunice na construção de uma memória coletiva sobre as violências da ditadura, mostrando como sua luta transcendeu o âmbito familiar para se tornar um marco na história política e cultural do Brasil.

Eunice, ao atuar como defensora da causa indígena e como protagonista na luta por memória e justiça em relação às violações da ditadura militar, exemplifica como a memória pode transcender o âmbito familiar para se tornar um patrimônio público. O filme, assim como o livro *Ainda Estou Aqui*, aborda a memória não apenas como uma experiência pessoal ou familiar, mas como uma construção coletiva que, no caso específico da memória da família Paiva, é essencial à sociedade brasileira. Essa memória coletiva é pública, e revela as marcas de uma ordem autoritária que, reforçada pela ditadura militar e sua Doutrina de Segurança Nacional, direcionou sua violência contra seus próprios cidadãos. Ainda hoje, essa herança autoritária representa um desafio à construção de uma sociedade verdadeiramente democrática no Brasil.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é abordar o filme *Ainda Estou Aqui* como um marco cultural que transforma uma memória familiar em memória coletiva, explorando como sua narrativa contribui para a preservação de histórias ocultadas pela ditadura e para a formação de uma identidade democrática no Brasil. Discutir o impacto de obras culturais que tratam da memória é, portanto, essencial para romper com pactos de silêncio, promover o direito à verdade e

fomentar uma sociedade comprometida com os valores democráticos. Como lembra Jacques LeGoff,

[...] a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. (...) A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homensⁱⁱⁱ.

Assim, em tempos de crises democráticas, *disputar* a memória coletiva sobre a ditadura militar é uma ferramenta indispensável para impedir retrocessos autoritários no Brasil e reafirmar a importância das lutas por justiça, igualdade e direitos humanos.

Rubens Paiva: da vida política ao desaparecimento

Engenheiro e ex-deputado federal, Rubens Paiva foi retirado de sua casa, no Rio de Janeiro, por agentes do CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica) em 20 de janeiro de 1971, sendo posteriormente encaminhado ao DOI-Codi do I Exército. Após esse episódio, Rubens Paiva nunca mais retornou à sua família, sendo considerado desaparecido político. Sua esposa, Eunice Facciolla Paiva, e sua filha, Eliana Facciolla Paiva, de apenas 15 anos, também foram levadas ao DOI-Codi. Eliana foi mantida detida por um dia, enquanto Eunice permaneceu encarcerada por doze dias.

Constando da primeira lista de políticos cassados após o golpe de 1964, Rubens Paiva era um deputado nacionalista, defensor das chamadas 'reformas de base' do governo João Goulart. Logo após a cassação, seguiu para o exílio na Europa, retornando ao Brasil menos de um ano após o golpe. A partir de então, Rubens Paiva se dedicou à engenharia, não tendo militância política em nenhuma organização de oposição à ditadura. Entretanto, se aproximou de militantes da

esquerda armada, a quem prestava apoio e solidariedade. Na ocasião do seu sequestro, constava como destinatário de carta que militantes exilados no Chile enviaram para seus familiares no Brasil. A carta era trazida por duas brasileiras que retornavam de viagem ao país andino, Cecília de Barros Correia Viveiros de Castro e Marilene de Lima Corona, que foram detidas ainda no aeroporto do Galeão. Encarceradas junto com Rubens Paiva, foram as principais testemunhas do seu suplício.

A rigor, o que houve com Rubens Paiva não foi uma 'prisão', termo que pressupõe um grau de legalidade e de cumprimento de procedimentos de Direito na sua efetivação. Rubens Paiva foi vítima de um sequestro, efetivado através de uma prisão ilegal e arbitrária, que findou por lhe submeter a torturas e a ocasionar sua morte e desaparecimento forçado, através da ocultação do seu cadáver. Tudo isso representa graves violações de direitos humanos que foram praticadas por agentes do Estado, nos termos do relatório da Comissão Nacional da Verdade. Ainda segundo este relatório, o desaparecimento forçado de pessoas configura.

[...] uma violação de caráter permanente [que] começa no momento em que se dá a privação da liberdade da vítima, com a subsequente recusa estatal em fornecer informações sobre seu destino. E não cessa enquanto não se conhecer o verdadeiro paradeiro da pessoa desaparecida e efetivamente se certificar de sua identidade [conforme está expresso no Volume 1 do Relatório da Comissão Nacional da Verdade]^{iv}.

Em se tratando de um crime permanente, sustentamos que o desaparecimento forçado não está resguardado pela Lei da Anistia (1979), premissa com a qual também está de acordo o Ministro Flávio Dino, do STF^v. É este também o entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que, na sua sentença sobre a violação de direitos humanos cometida pelo Estado brasileiro na Guerrilha do Araguaia afirmou que o:

[...] desaparecimento forçado constitui um delito de caráter contínuo ou permanente, cujos efeitos não cessam enquanto não se estabeleça a sorte ou o paradeiro das vítimas e sua identidade seja determinada, motivo pelos quais os efeitos do ilícito internacional em questão continuam a atualizar-se. [Assim], dada sua manifesta incompatibilidade com a Convenção Americana, as disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos carecem de efeitos jurídicos. Em consequência, não podem continuar a representar um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, nem podem ter igual ou similar impacto sobre outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil^{vi}.

O desaparecimento de Rubens Paiva pode ser considerado como um desses outros casos. No artigo 4º da Convenção Americana está dito: ‘toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. [...]. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.’

Entre os amigos de Rubens Paiva estava ‘Adriano’, codinome de um militante do MR-8, grupo clandestino da esquerda armada, cuja identidade ele se recusou a revelar, mesmo sob tortura. Posteriormente, descobriu-se que ‘Adriano’ era Carlos Alberto Vieira Muniz, que ocupou o cargo de vice-prefeito do Rio de Janeiro entre 2009 e 2013. Em 2014, durante a inauguração de um busto em homenagem a Rubens Paiva, próximo à unidade do Exército onde ele foi assassinado, Carlos Alberto fez um discurso contundente, onde denunciou o silêncio do Exército em relação às violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura e defendeu enfaticamente a prisão e o julgamento dos responsáveis por tais crimes^{vii}.

Apesar das tentativas oficiais de se encobrir os eventos que culminaram no desaparecimento de Rubens Paiva, evidências e depoimentos ao longo dos anos

desmentiram as narrativas oficiais. Poucos dias após seu sequestro, o Exército divulgou uma versão fantasiosa de que Rubens Paiva teria sido resgatado por ‘terroristas’ enquanto era conduzido de carro ao DOI-Codi. Com as investigações e depoimentos que se acumularam no decorrer dos anos, particularmente após o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, ficou comprovada a falsidade dessa versão. Em depoimento prestado à Polícia Federal em 1986, o tenente-médico do Exército Amílcar Lobo, que atendeu Rubens Paiva no DOI-Codi, descreveu as condições de saúde do ex-deputado após as torturas sofridas, afirmando que ele apresentava uma ‘condição de abdômen em tábua, o que em linguagem médica pode caracterizar uma hemorragia abdominal, possivelmente decorrente de uma ruptura hepática’^{viii}. Mesmo diante das graves condições de saúde relatadas, Rubens Paiva não foi levado a nenhum hospital, vindo a falecer em seguida.

Em 2014, o Ministério Público Federal (MPF) apresentou denúncia contra os militares José Antônio Nogueira Belham, Rubens Paim, Sampaio, Jurandyr Ochsendorf e Souza e Raymundo Ronaldo Campos, acusando-os de envolvimento no assassinato de Rubens Paiva. Até o momento em que escrevemos este artigo, a denúncia permanece sem julgamento pelo STF, devido ao entendimento de que a Lei da Anistia (1979) protege os agentes do Estado que cometeram crimes políticos durante a ditadura militar. Tal entendimento, como já vimos, é considerado ilegal pela Corte Interamericana dos Direitos Humanos. O relatório da Comissão Nacional da Verdade também apontou o agente do DOI-Codi Antônio Fernando Hughes de Carvalho como um dos responsáveis pela tortura de Rubens Paiva, além do próprio médico Amílcar Lobo^{ix}.

A memória como pilar da democracia em *Ainda Estou Aqui*

No livro *Ainda Estou Aqui*, Marcelo Rubens Paiva enfatiza que sua obra trata da memória, uma caracterização que também pode ser atribuída ao filme de

mesmo nome. Ambos transcendem o âmbito familiar ao transformar experiências pessoais em memórias coletivas, de caráter público, que dialogam com a sociedade brasileira como um todo. Essas narrativas evidenciam como a história de uma família se entrelaça com a construção política do país, marcada por uma ordem autoritária que, historicamente, perpetuou violações de direitos, e que ainda ecoa na contemporaneidade.

A ditadura militar brasileira reforçou essa ordem autoritária com sua Doutrina de Segurança Nacional, fundamentada na ideia de uma 'guerra revolucionária' contra um 'inimigo interno', conceitos que legitimavam a repressão e as graves violações de direitos humanos praticadas pelo Estado contra a própria cidadania. Tal estrutura foi sustentada por mecanismos institucionais que silenciavam vozes dissidentes e negavam o direito à verdade. Como observa o relatório da Comissão Nacional da Verdade, a persistência desse modelo autoritário continua sendo um dos principais desafios para a consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática no Brasil. Assim, *Ainda Estou Aqui* não apenas registra uma história de arbítrio, mas também cumpre uma função política importante: a de contribuir para a construção de uma memória coletiva comprometida com a premissa ética e política do 'nunca mais'.

O filme, ao massificar, como fenômeno cultural, as experiências vividas pela família Paiva, constrói uma memória coletiva sobre o autoritarismo e suas consequências, reforçando a importância da verdade e da justiça como pilares de um processo democrático. Em um país como o Brasil, onde o esquecimento é frequentemente utilizado como estratégia política, obras como esta reafirmam o papel indispensável da memória na promoção de uma sociedade mais justa e consciente de seu passado.

É emblemático que *Ainda Estou Aqui* tenha se tornado um fenômeno de massas justamente em 2024, ano que marcou os 60 anos do Golpe de 1964. Datas

marcantes como esta são frequentemente momentos de rememoração, seja para celebração, seja para rejeição. No Chile, em 2023, quando se completaram 50 anos do Golpe de 1973, o governo do presidente Gabriel Boric realizou um evento significativo, reafirmando o compromisso com a memória e com a máxima de que o autoritarismo nunca deve se repetir. No Brasil de 2024, porém, com o país enfrentando uma nova crise nas relações civis-militares — marcada pela participação de parte do alto oficialato das Forças Armadas nas tentativas golpistas que culminaram no 8 de janeiro de 2023 —, a abordagem governamental foi mais conservadora, mantendo-se fiel à tradição de ‘conciliação pelo alto’.

Dessa forma, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva proibiu manifestações oficiais alusivas aos 60 anos do golpe, argumentando que este evento ‘já faz parte da História’ e que o país precisa ‘seguir em frente’ em vez de ‘remoer sempre’ o passado autoritário. ‘Eu, sinceramente, não vou ficar remoendo e vou tentar tocar este país para frente’, afirmou Lula^x, em uma postura que pareceu ecoar o episódio vivido por Eunice Paiva nos anos 1990, quando, ao receber o atestado de óbito do marido em um cartório, foi questionada por uma jornalista sobre o motivo de continuar revisitando o passado. Assim como naquela ocasião, a escolha de ‘olhar para frente’ sem considerar o impacto do passado autoritário levanta questões sobre o papel da memória na construção de uma democracia sólida, inclusiva e fundada na realização da justiça.

Sobre este tema, alguns pontos merecem destaque. O momento em que o Estado brasileiro enfrentou com maior profundidade seu passado autoritário foi durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011 pela então presidente Dilma Rousseff, em cumprimento à Lei n.º 12.528/2011. A instituição de uma comissão da verdade havia sido recomendada pelo Plano Nacional de Direitos Humanos 3, apresentado em 2009, ainda no segundo mandato do

presidente Lula. A relevância do trabalho da Comissão Nacional da Verdade reside na concretização do direito à verdade, reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como essencial para 'combater a impunidade e promover e proteger os direitos humanos', um passo fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Em uma declaração recente, Marcelo Rubens Paiva destacou que a Comissão Nacional da Verdade lhe forneceu os elementos necessários para escrever *Ainda Estou Aqui*, evidenciando o impacto do aprofundamento das investigações sobre o desaparecimento de seu pai.

O impacto do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, aliado às reflexões de Marcelo Rubens Paiva em *Ainda Estou Aqui*, converge para uma análise aprofundada das consequências da impunidade pelos crimes cometidos durante a ditadura militar. Essas reflexões ressaltam como a falta de responsabilização por esses atos moldou aspectos estruturais da democracia brasileira, incluindo sua convivência com a impunidade. No livro, Marcelo Rubens Paiva acerta ao afirmar que a impunidade em torno do caso de seu pai e de outros desaparecidos políticos da ditadura militar perpetuou práticas de violência e desaparecimentos forçados pelas forças armadas e policiais, mesmo após a redemocratização do Brasil. Ele ainda faz uma pertinente comparação com o caso do pedreiro Amarildo de Souza, que desapareceu após ser levado por policiais a uma delegacia em 2013. Marcelo Rubens Paiva também pontua, com uma frase de forte conotação política e retórica: 'a família Rubens Paiva não é a vítima da ditadura, o país que é. O crime foi contra a humanidade, não contra Rubens Paiva.' Essa afirmação revela uma verdade contundente: ao não julgar o desaparecimento de Rubens Paiva e de outros desaparecidos políticos, o Brasil escolheu construir uma democracia que tolera a impunidade de crimes contra a humanidade praticados por agentes do Estado, em especial pelas Forças Armadas.

A persistência desse cenário é apresentada no conto *A Mancha*, de Luís Fernando Veríssimo, que descreve a convivência entre 'vencedores e vencidos' como uma 'paz promíscua'^{xi}, onde jamais se define claramente quem é quem. Uma paz promíscua, certamente, não é uma paz efetiva, e pode fazer retornar uma situação de guerra, se uma das partes do antigo conflito se sentir ameaçada pelo seu oponente. Essa convivência sem resolução efetiva das violações do passado reforça a fragilidade democrática brasileira e evidencia o impacto de uma transição caracterizada pela ausência de responsabilização. É amplamente conhecido que a insatisfação do alto oficialato militar com os resultados da Comissão Nacional da Verdade foi um dos fatores que levaram muitos de seus membros a apoiar o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff e, posteriormente, a se aliar ao projeto autoritário representado por Jair Bolsonaro.

Construir uma memória comprometida com a insígnia do 'nunca mais' não significa 'remoer o passado', mas sim assumir uma responsabilidade democrática indispensável. Superar tal 'paz promíscua', marcada pela convivência ambígua entre antigos algozes e vítimas, é um passo essencial para consolidar uma sociedade verdadeiramente democrática. Essa ausência de resolução e a convivência ambígua entre opressores e oprimidos não apenas fragilizam a democracia, mas também destacam a importância de registrar e ressignificar essas memórias como parte do processo de reconstrução democrática.

Em entrevista concedida ao programa *Roda Viva*, da *TV Cultura*, em 23 de dezembro de 2024, Marcelo Rubens Paiva questionou: 'será que não é papel da literatura deixar a memória registrada?', respondendo em seguida a si próprio, afirmando que 'a arte tem a função de registrar um tempo'. *Ainda Estou Aqui*, livro e filme, cumpriram esta função que Marcelo Rubens Paiva atribui à arte e, ao tempo em que registraram a história de um tempo de arbítrio, deram uma contribuição à construção de uma memória histórica – uma memória pública –

sobre aquele tempo *adequada* à tarefa política de construção de uma sociedade democrática. Isto, nos 60 anos do Golpe de 1964.

Apesar do estrondoso sucesso de público, o filme *Ainda Estou Aqui* também gerou uma série de críticas que se disseminaram rapidamente nas redes sociais. De um lado, grupos de extrema-direita, incluindo fascistas e defensores da ditadura militar, assumiram uma postura de detratção e boicote ao filme. Essas vozes negacionistas rejeitaram a exposição das graves violações de direitos humanos perpetradas durante o regime autoritário. Contudo, esse boicote teve pouco efeito prático, como evidenciado pelo enorme sucesso de bilheteria da obra.

Por outro lado, críticas também surgiram de setores da esquerda pretensamente radicais. Entre eles, destacam-se desde *youtubers* e influenciadores digitais com posições stalinistas até grupos identitários que, conforme o cientista político Luís Felipe Miguel, ‘fazem de cada identidade uma essência’^{xii}, recusando o diálogo e a construção coletiva ao isolar cada grupo em seu espaço fechado.

Essas críticas apontavam que o filme teria sido ‘feito pela Zona Sul, sobre a Zona Sul’, sugerindo que a narrativa se concentrava exclusivamente na experiência de uma família branca e socialmente privilegiada, ignorando as vítimas da ditadura provenientes das classes populares e/ou de origens negra e indígena. Um exemplo dessa perspectiva foi levantado pelo jornalista Tom Farias, durante uma entrevista com Marcelo Rubens Paiva no programa *Roda Viva*. Farias destacou que o filme apresentava ‘apenas um recorte da realidade, como se só tivesse repressão na Zona Sul’, e questionou: ‘Tudo bem que é um filme sobre sua família, centrado na sua mãe, mas a memória nacional também seria legal se fosse abarcada, não?’

Está claro que consideramos esta abordagem sobre o filme como um grande equívoco. Mais acima, já nos posicionamos sobre o assunto, afirmando que a memória da família Paiva sobre as violências às quais foi submetida pela ditadura militar, e também sobre a resistência democrática que construiu contra o arbítrio, não se trata de uma memória privada, mas de uma memória coletiva e, portanto, pública. Promover a memória da família Paiva, que reflete de maneira exemplar o modus operandi violento da ditadura militar, seja por meio da arte ou das comissões da verdade, é uma decisão consciente que demonstra compromisso ético e político com a construção de uma memória nacional alinhada aos valores democráticos.

Ainda Estou Aqui representa mais do que um testemunho pessoal: é uma peça essencial no esforço coletivo de iluminar o passado para construir um futuro democrático. O fato de se tratar do suplício de uma família branca e socialmente bem estabelecida não diminui a gravidade do fato, nem mascara a realidade de violências massivas às quais as classes sociais inferiores, assim como os negros e indígenas, foram submetidos pela ditadura militar. Aliás, este fato está amplamente documentado e comentado não apenas pela Comissão Nacional da Verdade como também por *Ainda Estou Aqui*, o livro.

Além de trazer à tona as diferentes dimensões das violações cometidas durante o regime militar, *Ainda Estou Aqui*, o filme, também se destaca pela reconstrução minuciosa da época. Com esmero, ele captura os símbolos do ambiente político, cultural e social, evidenciados no primor com que objetos, cenários e figurinos foram compostos, bem como na escolha de uma trilha sonora marcante. Se cinema é a combinação de imagem, som e emoção, o que se apresenta aqui é um retrato vívido do Brasil do início dos anos 1970, visto sob o ponto de vista de uma família de classe média alta. Este retrato aborda não apenas seus dramas, conflitos e contradições, mas também sua alegria e

capacidade de resistência, compondo um panorama rico e significativo daquele período.

Vera Paiva, a filha mais velha do casal, simboliza de forma clara essa realidade. Jovem interessada em música e conectada a um padrão cultural mais próximo do universalismo tropicalista do que da estética nacional-popular defendida pela esquerda tradicional, Vera se expressava através de suas preferências artísticas: ouvindo bandas de *rock* como a inglesa *T-Rex*, decorando seu ambiente com cartazes de filmes como *Blow Up* e *Meu Tio* e manipulando com uma câmera de Super 8. Contudo, essa mesma jovem vivenciou de forma direta os impactos da repressão, sendo revistada de maneira agressiva em uma *blitz* do Exército junto com seus amigos, logo após o sequestro do embaixador suíço, em dezembro de 1970. Preocupados com os riscos pessoais que o envolvimento de Vera com a política poderia trazer, Eunice e Rubens Paiva decidiram enviá-la para uma temporada em Londres, sob os cuidados da família de Fernando Gasparian, outro político de oposição que havia optado pelo exílio.

Enquanto vivia em Londres, Vera compartilhava suas vivências e reflexões por meio de cartas enviadas à família, conectando os desafios pessoais do exílio aos ecos culturais e políticos da ditadura no Brasil. Em uma dessas cartas, Vera relata um encontro com Gilberto Gil, que havia partido para o exílio acompanhado de Caetano Veloso, após ambos terem sido presos pelo regime militar. Em outra cena carregada de impacto dramático e político, um agente do CISA, que permanecera na casa da família após o sequestro de Rubens Paiva, vasculha uma pilha de LPs. Entre os discos, destaca o álbum de Caetano Veloso gravado durante seu exílio londrino. Na capa, que ganha destaque na cena, Caetano aparece envolto em um casaco pesado, com um olhar fixo e grave, representando de maneira marcante a tristeza e o peso do exílio. A ditadura militar foi, de fato, um

período de violências e de múltiplas tristezas, algo que é retratado com precisão e sensibilidade na narrativa de *Ainda Estou Aqui*.

Neste ponto, vale destacar uma das polêmicas que emergiram nas redes sociais sobre *Ainda Estou Aqui*, relacionada ao uso de músicas de Roberto Carlos na trilha sonora. Um exemplo marcante ocorre na cena em que Eunice e seus filhos mais novos vão buscar Vera no aeroporto, após seu retorno do exílio londrino. Durante o trajeto, a música *As Curvas da Estrada de Santos*, um clássico do cantor, toca no rádio do carro. Rapidamente, surgiram comentários críticos nas redes sociais, apontando uma suposta proximidade de Roberto Carlos com a ditadura militar. Alguns desses comentários recordaram a declaração de Eliana Paiva, que relatou ter testemunhado, enquanto estava detida pelo Exército, o uso de outra música de Roberto Carlos – *Jesus Cristo* – sendo tocada em volume alto para abafar os sons das torturas. Essas associações geraram um debate intenso sobre o simbolismo das escolhas musicais no filme e sua conexão com a memória do período autoritário.

A nós parece evidente o maniqueísmo da crítica, que desconhece inclusive a opinião sobre o Roberto Carlos do início dos anos 1970 que tinha uma personagem central do ambiente artístico opositor à ditadura, Caetano Veloso. No seu livro autobiográfico *Verdade Tropical*, Caetano – cuja irmã, Maria Bethânia, o recomendara que prestasse a atenção em Roberto Carlos e na *Jovem Guarda* – narra a visita “comovente” que recebeu de Roberto Carlos quando estava exilado em Londres:

Como um rei de fato, ele claramente falava e agia em nome do Brasil [...]: ele era o Brasil profundo. [...] Roberto pegou meu violão e cantou [...] As curvas da estrada de Santos. Essa canção extraordinária, cantada daquele jeito por Roberto [...] na situação em que todos nos encontrávamos, foi algo avassalador para mim^{xiii}.

De volta ao Brasil, Roberto Carlos escreveu uma música em homenagem a Caetano, *Debaixo dos Caracóis dos seus Cabelos*, e gravou uma música que recebeu de Caetano, *Como Dois e Dois*, que, com uma letra repleta de mensagens críticas sobre o momento político então vivido no país, também faz parte da trilha sonora de *Ainda Estou Aqui*.

Estamos convictos de que a rememoração da trajetória da família Paiva em 2024, nos 60 anos do golpe de 1964 e em um contexto político marcado por uma profunda crise da democracia brasileira, representa um fenômeno que deve ser celebrado por todos aqueles comprometidos com os valores democráticos. Trata-se de uma *subversão* do pacto de silêncio e de apagamento da memória que marcou a transição *lenta, gradual e segura* à democracia que o Brasil viveu entre a segunda metade dos anos 1970 e a promulgação da Constituição de 1988. Transformado, na prática, num pacto de impunidade em favor dos agentes do Estado que violaram direitos humanos durante a ditadura militar, este modelo de transição brasileira também impediu às vítimas o exercício do seu direito humano à verdade, reconhecido pela ONU e pela CIDH, além de causar sofrimento persistente, associado ao trauma das violências que sofreram.

Em sua já citada entrevista ao Roda Vida, Marcelo Rubens Paiva informou que, ao discutir com o diretor Walter Salles o roteiro de *Ainda Estou Aqui*, fez a exigência que o filme não tivesse cenas de tortura. Sim, é certo que não foram retratadas no filme cenas explícitas de tortura física, apesar de elas estarem presentes de maneira subliminar, nos momentos em que é retratada a passagem da mãe e da filha pelo DOI-Codi. As torturas psicológicas infligidas à família são retratadas de forma contundente no filme. Foi apenas em 2012 que Eliana Paiva encontrou coragem para narrar publicamente os momentos traumáticos que vivenciou durante o sequestro de seu pai e, posteriormente, quando ela e sua mãe foram levadas por agentes do Exército. Esse relato foi feito à jornalista Miriam Leitão,

que também carregava em sua história as marcas dos suplícios e dos cárceres impostos pela ditadura.

Em seu depoimento, Eliana narrou situações de abuso, pressão psicológica, choques elétricos na cabeça e o terror de “ouvir as torturas horríveis que aconteceram nesse país. As pessoas pediam pelo amor de Deus que parassem de bater”. Narrou ainda a surpresa e indignação que lhe acometeram quando, no momento em que estava sendo interrogada, um agente lhe apresentou um trabalho escolar que ela fizera para a disciplina de História sobre a ‘Primavera de Praga’, na Tchecoslováquia, o que lhe valera um questionamento: ‘você é comunista?’ E também o terror que viveu ao voltar para casa sem os pais:

Se passaram, então, doze dias. [...] Até que um dia mamãe aparece na porta de casa, muito magra. Eu senti aquele cheiro de prisão nela. Você sente de novo aquele cheiro. Subiu, tomou um banho e eu relaxei. Virei uma adolescente de 15 anos de novo e, a partir daí, sim, começou a longa espera^{xiv}.

A longa espera por respostas sobre o destino de Rubens Paiva é um elemento central na narrativa de dor e luta da família. Essa espera, que permanece até os dias atuais, simboliza uma ferida aberta na história brasileira e configura-se como um crime permanente. Trata-se de uma grave violação de direitos humanos, como já discutimos, não está amparada pela Lei da Anistia de 1979. Este cenário expõe não apenas a persistência da impunidade, mas também o impacto profundo do silêncio institucionalizado sobre as famílias das vítimas, que seguem sem justiça e sem a verdade sobre o destino dos seus familiares. A ausência de respostas concretas perpetua o sofrimento e ressalta a necessidade de iniciativas que enfrentem o passado autoritário de maneira honesta e consequente, com vistas a fortalecer a memória coletiva e a democracia.

A voz da resistência: a cena final

A luta pela verdade e justiça sempre encontrou nas vozes da resistência um espaço de expressão e memória. O esclarecimento sobre o paradeiro dos desaparecidos políticos tornou-se uma das bandeiras mais emblemáticas levantadas pela sociedade civil ainda nos anos 1970, especialmente por associações lideradas por familiares das vítimas. Esse ativismo foi essencial para a conquista de marcos históricos da justiça de transição brasileira, como a promulgação da Lei 9.140/1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa legislação representou um reconhecimento oficial do Estado brasileiro, que declarou como mortas as pessoas desaparecidas em decorrência de sua participação ou acusação de envolvimento em atividades políticas entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Eunice Paiva, uma figura central nesse movimento e conhecida de Fernando Henrique, desempenhou um papel primordial ao se insurgir publicamente em favor da aprovação da lei. Entre os 136 nomes registrados oficialmente nessa legislação, listados em ordem alfabética, constava o de Rubens Beyrodt Paiva, símbolo de uma geração que enfrentou o autoritarismo com coragem. Uma das principais medidas previstas pela lei foi a emissão de atestados de óbito para os desaparecidos políticos, um gesto que, embora tardio, buscava aliviar a dor dos familiares e consolidar a memória dessas vítimas na história democrática brasileira.

Esse contexto de luta e reconhecimento ganha força na cena em que Eunice Paiva vai ao cartório para receber o atestado de óbito de seu marido, uma das passagens mais emocionantes de *Ainda Estou Aqui*. A cena retrata de forma impactante um momento de vitória pessoal e política de Eunice Paiva, simbolizando a conquista tardia de um direito negado por anos de repressão. A ausência do atestado de óbito de um parente, cuja morte já era sabida, gerava enormes entraves civis às famílias, impedindo o acesso a contas bancárias, a

administração de bens e a finalização de trâmites sucessórios. Esse drama, vivido pela família Paiva, é retratado com profundidade no filme. No cartório, enquanto concedia uma entrevista coletiva, Eunice Paiva, interpretada por Fernanda Torres, expõe de maneira contundente o caráter de crime permanente associado à ‘tática do desaparecimento’ promovida pelo Estado. Ela define essa prática como uma forma de tortura psicológica, que não apenas impedia a família de viver o luto, mas também perpetuava a dor ao longo do tempo. Em seguida, uma jornalista questiona Eunice sobre a relevância de insistir no passado ditatorial em uma era democrática, colocando em pauta uma reflexão essencial para compreender os rumos da democracia brasileira após 1988. Essa provocação funciona como uma chave para analisar os desafios do período e entender como os conflitos do passado ecoaram no presente, moldando o estado atual das coisas.

Essa reflexão sobre os ecos do passado na democracia brasileira encontra um desdobramento doloroso e simbólico na trajetória pessoal de Eunice Paiva. Em uma das ironias da vida, a mulher que dedicou sua existência à luta por memória, verdade e direitos humanos em um país que optou por construir sua democracia sobre os alicerces do esquecimento, enfrentou seus últimos dias como portadora do *Mal de Alzheimer*. Numa cena magistral interpretada por Fernanda Montenegro, uma Eunice idosa e doente, sentada em uma cadeira de rodas em frente a uma televisão ligada, se reconecta com o mundo ao assistir uma notícia sobre as descobertas feitas pela Comissão Nacional da Verdade sobre o destino do seu marido, Rubens Paiva. Naquele instante, era como se Eunice reafirmasse sua presença e resistência ao declarar silenciosamente: ‘ainda estou aqui’, como explica Marcelo Rubens Paiva em seu livro.

Aqui, tal ironia da vida, representada pela arte, nos conduz mais uma vez ao encontro de Jacques LeGoff, quando afirma que ‘num nível metafórico, mas significativo, a *amnésia* é não só uma perturbação no indivíduo, [...] mas também

a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações, que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva^{xv}. As descobertas da Comissão Nacional da Verdade, assim, podem ser entendidas não apenas como um vetor de reconexão de Eunice com seu passado, mas também como elementos para a construção de uma memória coletiva no Brasil que supere em definitivo a condição de ‘paz promíscua’ que é consequência da sua construção histórica de autoritarismos, de amnésias coletivas e de ‘conciliações pelo alto’.

Em um momento importante do seu livro, Marcelo Rubens Paiva afirma que [...] a memória é uma mágica não desvendada. Um truque da vida. Uma memória não se acumula sobre outra, mas ao lado. A memória recente não é resgatada antes da milésima. Elas se embaralham^{xvi}.

Essa compreensão de que uma memória não se organiza linearmente, mas se acumula ao lado de outras, em um emaranhado onde o passado e o presente coexistem, contradiz diretamente as críticas recebidas pelo filme, que ressaltam os diferentes recortes da realidade representada. O embaralhamento das memórias reflete a complexidade de narrar o passado autoritário brasileiro, onde cada história individual ou familiar é apenas uma peça em um vasto quebra-cabeça de experiências coletivas. Essa característica da memória reforça a importância de iniciativas como *Ainda Estou Aqui* que, mesmo partindo de um núcleo familiar específico, contribuem para iluminar as diversas facetas de um período marcado por violências e silenciamentos.

Numa cena importante do filme, a imagem da casa da família esvaziada após o desaparecimento de Rubens Paiva e do retorno de Eunice e dos seus filhos para São Paulo tem como trilha sonora um Erasmo Carlos a cantar: ‘é preciso dar um jeito, meu amigo^{xvii}. Aqui, imagem, som e emoção parecem se combinar para dar um recado: as violências cometidas pela ditadura militar contra a família

Paiva, e contra tantas outras famílias brasileiras, não podem ficar permanentemente impunes. Para fazer avançar uma democracia, é preciso ‘dar-se um jeito’ neste estado de impunidade intolerável.

Neste Brasil de 2025, em que a ameaça de retrocessos autoritários ainda persiste, a existência de um filme como *Ainda Estou Aqui* representa um alento e uma inspiração para todos nós que lutamos pela construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e pela consolidação de uma paz duradoura no Brasil. E que fique claro: anistia nunca mais!

Notas

ⁱ “Ainda Estou Aqui” já vendeu mais de 3 milhões de ingressos nos cinemas do Brasil”. Publicada em G1 em 29/12/2024. <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2024/12/29/ainda-estou-aqui-ja-vendeu-mais-de-3-milhoes-de-ingressos-nos-cinemas-do-brasil.ghtml>

ⁱⁱ Um bom perfil sobre Eunice Paiva pode ser lido no livro “Heroínas desta História”, organizado por Carla Borges e Tatiana Merlino e publicado pela Editora Autêntica e pelo Instituto Vladimir Herzog, em 2019.

ⁱⁱⁱ LEGOFF, Jacques. **História e Memória**. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1994, p. 476-477.

^{iv} Consta do Volume 1 do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, na página 293.

^v Vide “Dino propõe que Lei da Anistia não vale para ocultação de cadáver”. Pedro Rafael Vilela. Publicada em Agência Brasil, em 15/12/2024. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-12/dino-propoe-que-lei-da-anistia-nao-vale-para-ocultacao-de-cadaver>

^{vi} Vide “Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil”. Corte Interamericana de Direitos Humanos, sentença de 24 de novembro de 2010

^{vii} Vide “Rubens Paiva foi torturado por se recusar a entregar perseguido”. Miriam Leitão e Cláudio Renato. Publicada em O Globo, em 01/03/2012. <https://oglobo.globo.com/politica/rubens-paiva-foi-torturado-por-se-recusar-entregar-perseguido-4120844> e “Muniz: cada torturador tem que ser levado à barra dos tribunais”. Jorge Antônio Barros. Publicada em O Globo, em 12/09/2014. <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/muniz-cada-torturador-tem-que-ser-levado-barra-dos-tribunais-549441.html>

^{viii} Consta do Volume 3 do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, na página 522.

^{ix} Idem, páginas 526 e 527.

^x “Lula diz que golpe de 64 é história e que não quer remoer passado”. Renato Machado. Publicada em Folha de

São Paulo, em 26/02/2024. [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/02/lula-diz-que-golpe-de-64-e-historia-e-](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/02/lula-diz-que-golpe-de-64-e-historia-e-que-nao-quer-remover-o-passado.shtml)

[que-nao-quer-remover-o-passado.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/02/lula-diz-que-golpe-de-64-e-historia-e-que-nao-quer-remover-o-passado.shtml)

^{xi} A Mancha, de Luís Fernando Veríssimo, página 51.

^{xii} "Identitarismo, minorias e derrotas eleitorais". Luis Felipe Miguel. Publicado no Blog da Boitempo em

07/11/2024. <https://blogdaboitempo.com.br/2024/11/07/identitarismo-minorias-e-derrotas-eleitorais/>

^{xiii} Verdade Tropical, de Caetano Veloso, página 215.

^{xiv} Em "Pela primeira vez, filha de Rubens Paiva conta o que passou". Entrevista para Miriam Leitão e Claudio Renato. Publicada em O Globo, em 02/03/2012.

<https://oglobo.globo.com/politica/pela-primeira-vez-filha-de-rubens-paiva-conta-que-passou-4120922>

^{xv} LEGOFF, 1994, *Op. Cit.*, 425.

^{xvi} Ainda Estou Aqui, de Marcelo Rubens Paiva, página 18.

^{xvii} "É preciso dar um jeito, meu amigo". Canção de Erasmo Carlos e Roberto Carlos. Gravada no disco "Carlos, Erasmo", de 1971.

Referências

BORGES, Carla; MERLINO, Tatiana (Orgs.). **Heroínas desta História**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LEGOFF, Jacques. **História e Memória**. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1994.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. São Paulo: Alfaguara, 2015.

VELOSO, Caetano. **Verdade Tropical**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. **A Mancha**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Recebido: 19/09/2025

Aprovado: 04/11/2025

Publicado: 19/11/2025